



# Evolução da Covid-19 e o Mercado de Trabalho Formal: Evidências para o Agreste e Pernambuco

Emanuel da Silva Santos (Graduando em Economia pela UFPE-CAA)<sup>1</sup>

Roberta de Moraes Rocha (Doutora em Economia. Professora  
do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGECON/CAA/UFPE e  
do Programa de Gestão e Economia da Saúde – PPGGES/UFPE)<sup>2</sup>

O presente boletim apresenta evidências, para as mesorregiões pernambucanas, com destaque para o Agreste Pernambucano, da evolução dos casos da Covid-19 para o ano de 2021 e de indicadores do mercado de trabalho formal, no período anterior (2016-2019) e posterior ao início da pandemia (2020), considerando o ano mais recente que se tem dados disponíveis da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia (RAIS-ME).

## **Evolução da Covid-19 nas Mesorregiões Pernambucanas**

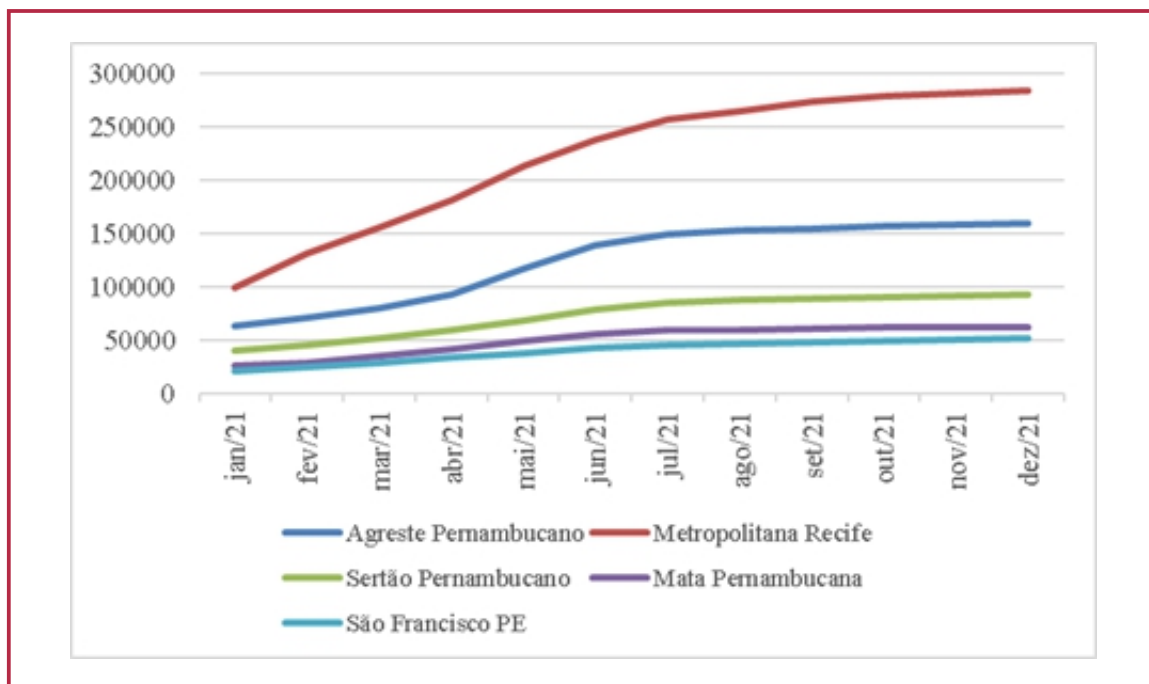
Ao se observar a evolução de casos da Covid-19 por mesorregião pernambucana, nota-se que, desde o início do ano de 2021, houve uma predominância na quantidade acumulada de casos na região metropolitana do estado, com um período de crescimento acentuado de casos em geral de janeiro a junho. Ademais, considerando o período de julho a dezembro, a Região Metropolitana do Recife (RMR) se consolida ainda mais como a mesorregião mais afetada pelo coronavírus em Pernambuco. O Agreste Pernambucano, de maneira similar à RMR, também aumenta sua diferença absoluta em comparação com as outras três mesorregiões no mesmo período. Apesar do comportamento de aumento absoluto da contaminação em todas as mesorregiões do estado a partir de julho, pode-se observar que a Mata Pernambucana e o Sertão Pernambucano não tiveram um comportamento tão pujante como as outras mesorregiões. É importante evidenciar também que, nos últimos três meses de 2021, houve uma estabilização absoluta de casos em praticamente todo o estado, fator que pode indicar uma diminuição no número de novos casos de Covid-19 ao longo do fim de ano, a exemplo do Agreste e São Francisco Pernambucano (Figura 1).

---

<sup>1</sup>emanuel.silvasantos@ufpe.br

<sup>2</sup>roberta.mrocha@ufpe.br

**Figura 1**  
Evolução dos Casos Acumulados da COVID-19 – Mesorregiões de Pernambuco



Nota. Na contagem foram considerados os últimos dias de cada mês de 2021, agregados pelos respectivos municípios.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Ministério da Saúde (MS) – Painel Coronavírus do Governo Federal (BRASIL/MS, 2022).

Ao considerar o crescimento do número de novos casos de Covid-19 no Estado (Tabela 1), em relação às mesmas mesorregiões, evidencia-se um processo de aumento de casos similar ao observado na Figura 1. Considerando todos os meses de 2021 em Pernambuco, pode-se observar duas etapas de comportamento diferentes: ao longo do período de janeiro a junho, o Agreste Pernambucano (com destaque para os municípios de Caruaru e Bezerros) e a Mata Pernambucana apresentaram taxas de crescimento mais significativas em relação às demais mesorregiões, com taxas de crescimento superiores a 100%. Este comportamento de crescimento, apesar de apresentarem taxas de crescimento inferiores, esteve também presente na RMR e no Sertão Pernambucano, contudo, já se pode notar que, na mesorregião do São Francisco Pernambucano, há um processo de diminuição de novos casos ao longo do tempo, tendo um processo de queda de novos casos em dois momentos: de janeiro a março, e de abril a junho. Além disso, se considerarmos esses dois intervalos de três meses, é possível notar que apenas o Agreste Pernambucano teve uma evolução contínua no número de novos casos, de janeiro a junho.

Para o período de julho a dezembro, particularmente para as cinco mesorregiões do estado, observa-se um comportamento inverso: todas as taxas de crescimento são negativas, o que indica um considerável processo de diminuição de novos casos de Covid-19, se comparado aos seis meses anteriores. A única exceção a esse processo de inversão nas taxas de crescimento é o São Francisco Pernambucano, que aumentou ainda mais seu comportamento de diminuição de novos casos, principalmente nos meses de setembro e outubro; apesar disso, os novos casos voltaram a crescer nos dois últimos meses. Para o



Agreste Pernambucano, o período de maior queda de novos casos ocorre justamente no início do segundo semestre, de modo que o número de novos casos, a partir de agosto, apresentaram variações de aumento e diminuição ao longo do tempo e de maneira menos acentuada, não afetando sua taxa de diminuição nos seis últimos meses. De maneira inversa ao processo de aumento contínuo de casos no agreste no primeiro semestre, a RMR apresentou um processo contínuo de diminuição dos novos casos, apresentando uma das maiores taxas negativas de crescimento, junto com a região agreste e a Mata Pernambucana.

Desse modo, pode-se notar que, ao longo do ano de 2021, o estado de Pernambuco apresentou, de maneira generalizada, dois comportamentos completamente inversos no que tange ao processo de disseminação do coronavírus. No entanto, é importante evidenciar que, mesmo com o retrocesso no crescimento de novos casos, a pandemia ainda apresenta uma evolução de novos casos significativa.

**Tabela 1**  
Casos Novos e Taxa de Crescimento da  
Covid-19 – Mesorregiões Pernambucanas (2021)

Mesorregião	Jan. 2021	Fev. 2021	Mar. 2021	Abr. 2021	Mai. 2021	Jun. 2021	Taxa de Crescimento Jan-Jun
Agreste Pernambucano	1.810	2.198	2.865	3.133	3.539	3.781	109%
- Caruaru	<b>2.565</b>	<b>1.398</b>	<b>2.556</b>	<b>3.202</b>	<b>3.887</b>	<b>3.567</b>	39%
- Bezerros	<b>202</b>	<b>186</b>	<b>667</b>	<b>268</b>	<b>406</b>	<b>242</b>	20%
Mata Pernambucana	2.752	2.610	6.129	6.637	7.531	6.575	139%
Metropolitana Recife	14.437	32.175	25.013	26.037	31.041	25.363	76%
São Francisco PE	5.100	3.681	3.380	5.064	4.536	4.477	-12%
Sertão Pernambucano	6.203	4.667	6.991	7.251	9.698	9.889	59%
Pernambuco	33.069	46915	47601	51592	60638	53894	63%
Mesorregião	Jul. 2021	Ago. 2021	Set. 2021	Out. 2021	Nov. 2021	Dez. 2021	Taxa de Cresciment o Jul-Dez
Agreste Pernambucano	9.481	3.816	2.341	2.493	1.109	1.014	-89%
- Caruaru	<b>1.678</b>	<b>909</b>	<b>645</b>	<b>419</b>	<b>297</b>	<b>395</b>	-76%
- Bezerros	<b>77</b>	<b>288</b>	<b>198</b>	<b>108</b>	<b>110</b>	<b>358</b>	365%
Mata Pernambucana	3.598	666	1.227	697	434	346	-90%
Metropolitana Recife	18.167	8.618	8.151	5.442	3.268	2.408	-87%
São Francisco PE	3.163	1.229	963	921	1.172	1.325	-58%
Sertão Pernambucano	6.104	2.892	862	1.661	1.596	813	-87%
Pernambuco	40.513	17221	13544	11214	75794	59064	-85%

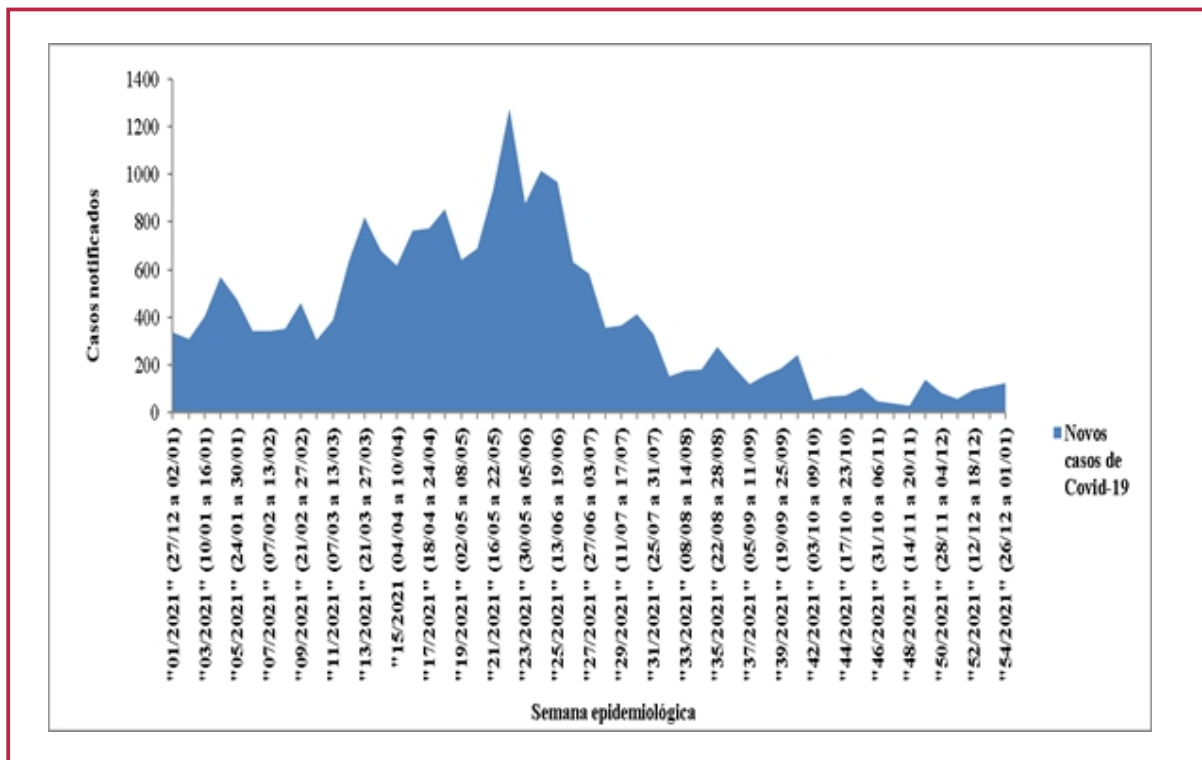
Nota. Na contagem foram considerados os últimos dias de cada mês de 2021, agregados pelos respectivos municípios.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Ministério da Saúde (MS) – Painel Coronavírus do Governo Federal (BRASIL/MS, 2022).



Voltando a atenção exclusivamente ao município de Caruaru (Figura 2), o comportamento de novos casos ao longo do ano de 2021 reforça o que foi observado anteriormente no Agreste Pernambucano: nas semanas epidemiológicas de janeiro até o início de julho, o número de novos casos de Covid-19 se manteve muito significativo, de modo que, mesmo com momentos de aumento e diminuição acentuados de novos casos, obteve no mês de maio e junho os maiores números de crescimento, chegando a obter mais de 1200 novos casos. Contudo, a partir da segunda metade do mês de junho, Caruaru apresenta um comportamento de queda acentuada de novos casos, sendo que esse comportamento se mantém até parte do mês de outubro, diminuindo ainda mais nos meses posteriores.

**Figura 2**  
Novos casos de Covid-19 na cidade de Caruaru, por Semana Epidemiológica



Nota. O período abordado compreende desde a 1ª semana epidemiológica de 2021 (27/12/2020 a 01/01/2022).

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de CARUARU (2022).

## Mercado de Trabalho Formal

A pandemia da Covid-19 impactou negativamente as economias, pelos anos potenciais de vida perdidos, em especial, e pela necessidade de imposição de medidas de isolamento e afastamento social para a contenção da disseminação da doença. Por outro lado, coube aos gestores, no caso no Brasil (nas esferas Federal, Estadual e Municipal), adotar medidas que garantissem uma renda de subsistência, para os mais pobres e desempregados, e a manutenção do emprego e salário para os que estavam no mercado de trabalho formal.

Fazendo o recorte para os indicadores do mercado de trabalho formal, com base no emprego formal, percebe-se que as medidas adotadas no Brasil, com destaque para o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), minimizou os efeitos negativos da crise econômica para aqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho formal. Porém, estes efeitos foram heterogêneos para os setores econômicos e mesorregiões pernambucanas, conforme indica os dados de emprego para os grandes setores classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Tabela 2).

De acordo com os dados da RAIS-ME (2019 E 2020), o setor que apresentou maior queda no emprego formal (-2,49%) em todo o estado de Pernambuco no ano de 2020 relativamente ao ano de 2019, foi o setor da Indústria da transformação. Esta queda foi puxada pelo decréscimo apresentado pela Mata Pernambucana, que perdeu 4.234 empregos formais no setor. Enquanto que, no Agreste Pernambucano, o emprego formal da Indústria da Transformação apresentou uma queda de aproximadamente 1%.

**Tabela 2**

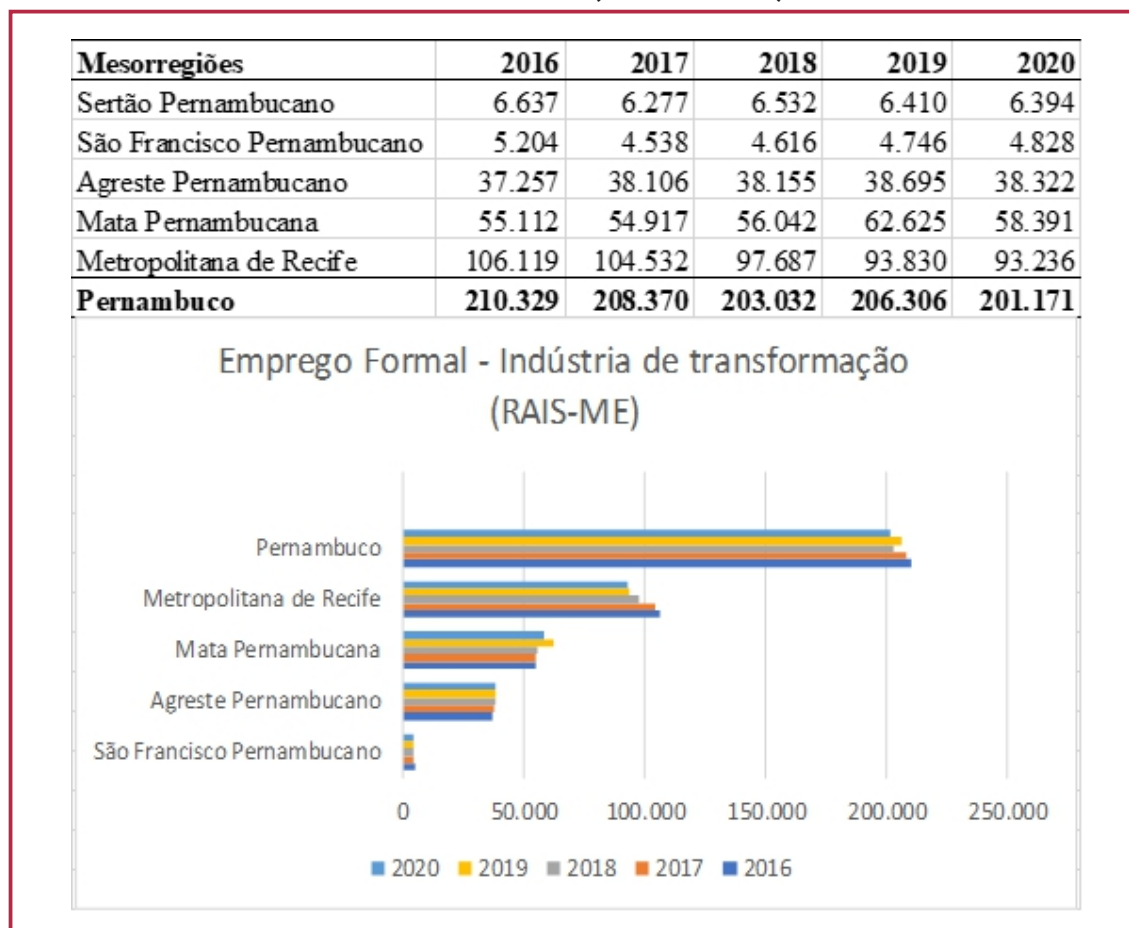
Variação e Taxa de Crescimento do Emprego Formal, Indústria da Transformação, Comércio e Serviços – Mesorregiões Pernambucanas (2019/2020)

Mesorregiões	Indústria de transformação		Comércio		Serviços	
	Var.	Tx.	Var.	Tx.	Var.	Tx.
Sertão Pernambucano	-16	-0,25%	-31	-0,17%	750	4,82%
São Francisco Pernambucano	82	1,73%	262	1,30%	-2.875	-10,97%
<b>Agreste Pernambucano</b>	<b>-373</b>	<b>-0,96%</b>	<b>-420</b>	<b>-0,75%</b>	<b>-1.006</b>	<b>-1,65%</b>
Mata Pernambucana	-4.234	-6,76%	-157	-0,56%	70	0,27%
Metropolitana de Recife	-594	-0,63%	-4.949	-2,94%	-394	-0,09%
<b>Pernambuco</b>	<b>-5.135</b>	<b>-2,49%</b>	<b>-5.295</b>	<b>-1,82%</b>	<b>-3.455</b>	<b>-0,61%</b>

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BRASIL/ME/RAIS (2022).

A evolução do emprego formal da Indústria da Transformação pode ser mais bem avaliada a partir da Figura 3. Entre as mesorregiões observa-se que, entre o ano de 2016 e 2020, o Agreste Pernambucano e o São Francisco Pernambucano são as mesorregiões com maior estabilidade na manutenção do número de empregos formais do setor. Esta evidência indica que a crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19 não implicou em uma crise no mercado industrial dessas regiões. Ressalta-se que, no caso do Agreste Pernambucano, tem-se um polo industrial de confecção e têxtil bem consolidado e maduro, que pode ter contribuído para assegurar os empregos formais, além das medidas e ações adotadas pelo Governo Federal.

**Figura 3**  
Emprego Formal da Indústria da Transformação – Mesorregiões  
Pernambucanas (2016 a 2020)



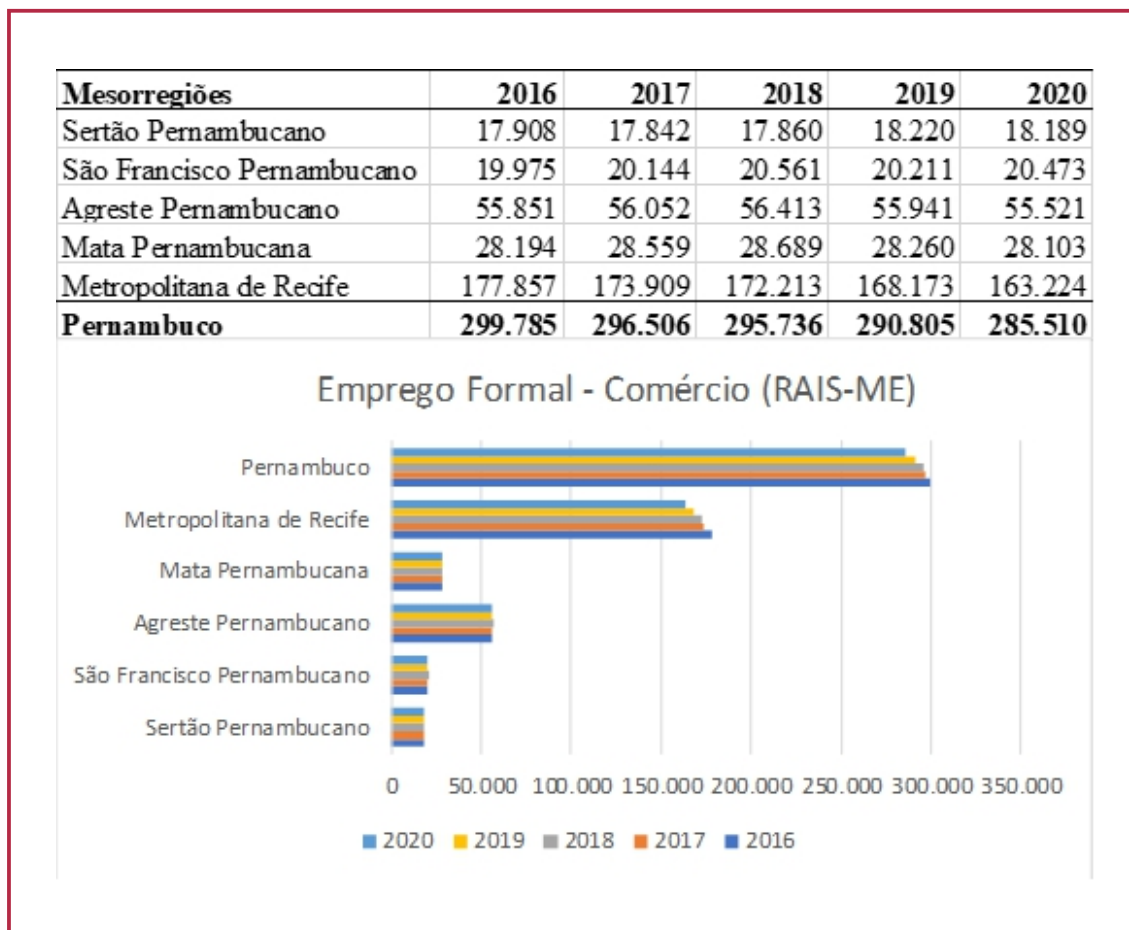
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BRASIL/ME/RAIS (2022).

Com relação ao setor do comércio, segundo setor que mais perdeu empregos formais no estado no ano de 2020, relativamente ao ano de 2019 (-1,82%), destaca-se que as maiores perdas foram registradas nas duas maiores economias do estado, na Região Metropolitana do Recife (-2,94%) e no Agreste Pernambucano (-0,75%). As duas mesorregiões são polos comerciais do estado, cabendo ao Agreste Pernambucano um importante papel na comercialização de produtos da confecção em feiras populares. Assim, dado a característica do tipo de vínculo deste meio de comercialização, que engloba trabalhadores autônomos e informais, provavelmente o impacto da pandemia no setor está sendo subestimado.



Figura 4

Emprego Formal do Comércio – Mesorregiões Pernambucanas (2016 a 2020)



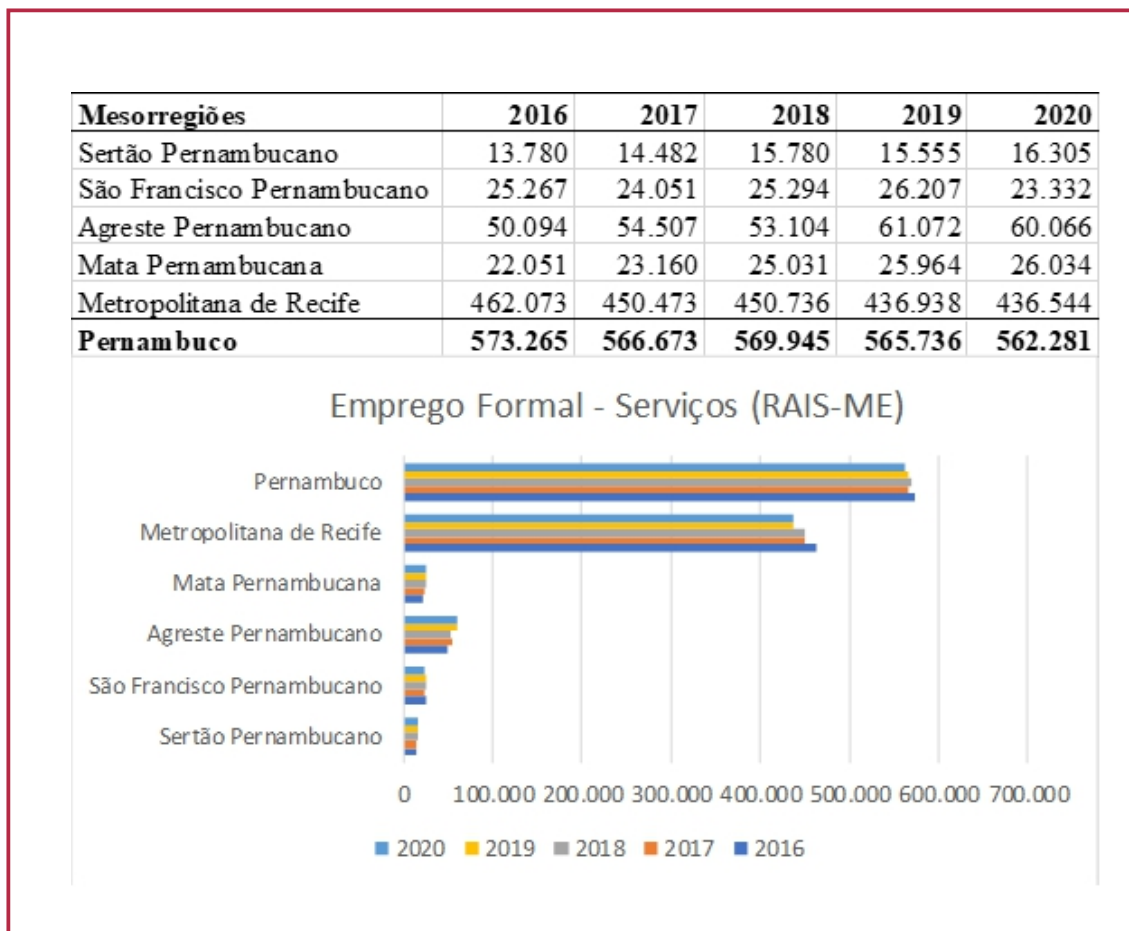
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BRASIL/ME/RAIS (2022).

Com relação ao setor de serviços, setor com menor queda no número de empregos formais, entre os três setores analisados, tem-se a mesorregião do São Francisco Pernambucano com a maior queda relativa no emprego do ano de 2020, em relação ao ano de 2019 (-10,97%), seguido do Agreste Pernambucano (-1,65%).



Figura 5

Emprego Formal no Setor de Serviços – Mesorregiões Pernambucanas (2016 a 2020)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BRASIL/ME/RAIS (2022).

De um modo geral, observa-se que a pandemia da Covid-19 teve menos efeito devastador no número de vínculos formais no Estado de Pernambuco, do que propriamente em indicadores de pobreza, como apresentado em Rocha (2020).



## Referências

Brasil/Ministério da Economia (ME)/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>.

Ministério da Saúde (MS). **Painel Coronavírus do Governo Federal**. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>.

Rocha, R. M. **Auxílio Emergencial/Covid-19 e Mercado de Trabalho: Uma Radiografia das Desigualdades Regionais do Brasil. (2021)** Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/344435504\\_Auxilio\\_EmergencialCovid-19\\_e\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_Uma\\_Radiografia\\_das\\_Desigualdades\\_Regionais\\_do\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/344435504_Auxilio_EmergencialCovid-19_e_Mercado_de_Trabalho_Uma_Radiografia_das_Desigualdades_Regionais_do_Brasil).

Silva, T. F. G.; Veras, R. N.; Rocha, R. M. **O Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEM) e os Indicadores de Preservação de Emprego e Renda no Nordeste e Brasil em 2020.** (2021). Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/353667176\\_O\\_Beneficio\\_Emergencial\\_de\\_Manutencao\\_do\\_Emprego\\_e\\_Renda\\_BEm\\_e\\_os\\_Indicadores\\_de\\_Preservacao\\_de\\_Emprego\\_e\\_Renda\\_-\\_Nordeste\\_e\\_Brasil\\_2020](https://www.researchgate.net/publication/353667176_O_Beneficio_Emergencial_de_Manutencao_do_Emprego_e_Renda_BEm_e_os_Indicadores_de_Preservacao_de_Emprego_e_Renda_-_Nordeste_e_Brasil_2020).



# Capacidade de atuação dos maiores municípios do Agreste pernambucano é reduzida pela inflação e os valores reais orçados para a saúde são menores que os anteriores à pandemia

Micaias Júlio Raimundo da Silva (Graduando Economia CAA/UFPE)<sup>1</sup>  
Thaiza Helen Santos Vasconcellos (Graduando Economia CAA/UFPE)<sup>2</sup>  
Leandro Willer P Coimbra (Doutor em Economia. Professor NG e do PPGECON/CAA/UFPE)<sup>3</sup>

De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE em setembro de 2020, a maioria dos gestores municipais brasileiros, 69%, classificam o impacto da pandemia da Covid-19 nas contas públicas como tendo sido alto ou muito alto. É um fato comum em períodos de crise pois os setores produtivos têm baixa atividade e a demanda da sociedade se eleva em certos setores, conseqüentemente a necessidade de verba entre os departamentos muda. Conjuntamente com a crise sanitária e a já esperada redução da atividade econômica o país observou uma elevação no nível de preços da economia acima das metas estabelecidas pelas autoridades monetárias. Somente em 2021 o Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA registrou elevação de 10,06% (IBGE, 2022).

Neste sentido, como apresentado em análises anteriores para os municípios da mesorregião do agreste pernambucano (Aragão, Almeida, Coimbra, 2021), mostrou-se que alguns setores, como a educação, tiveram uma mudança na forma de aplicação destes gastos. Tendo em vista que as atividades presenciais haviam sido suspensas nas escolas, observou-se queda nas despesas em 2020, contudo, analisando a categoria desses gastos observou-se que houve uma elevação dos investimentos em contrapartida à redução nos gastos correntes. Quanto às receitas municipais, estas foram em grande parte mantidas pelos aportes extras da união, que compensaram as perdas geradas com a redução na atividade econômica frente às medidas restritivas que vieram com a pandemia (Soares, Santos e Coimbra, 2021).

Diante deste cenário, coloca-se em questão a forma do planejamento orçamentário dos municípios para os exercícios de 2021 e 2022, período em que os gestores elaboraram os orçamentos tendo como cenário a pandemia da COVID-19<sup>4</sup>. Na Figura 1 é possível observar

<sup>1</sup>micaias.julio@ufpe.br

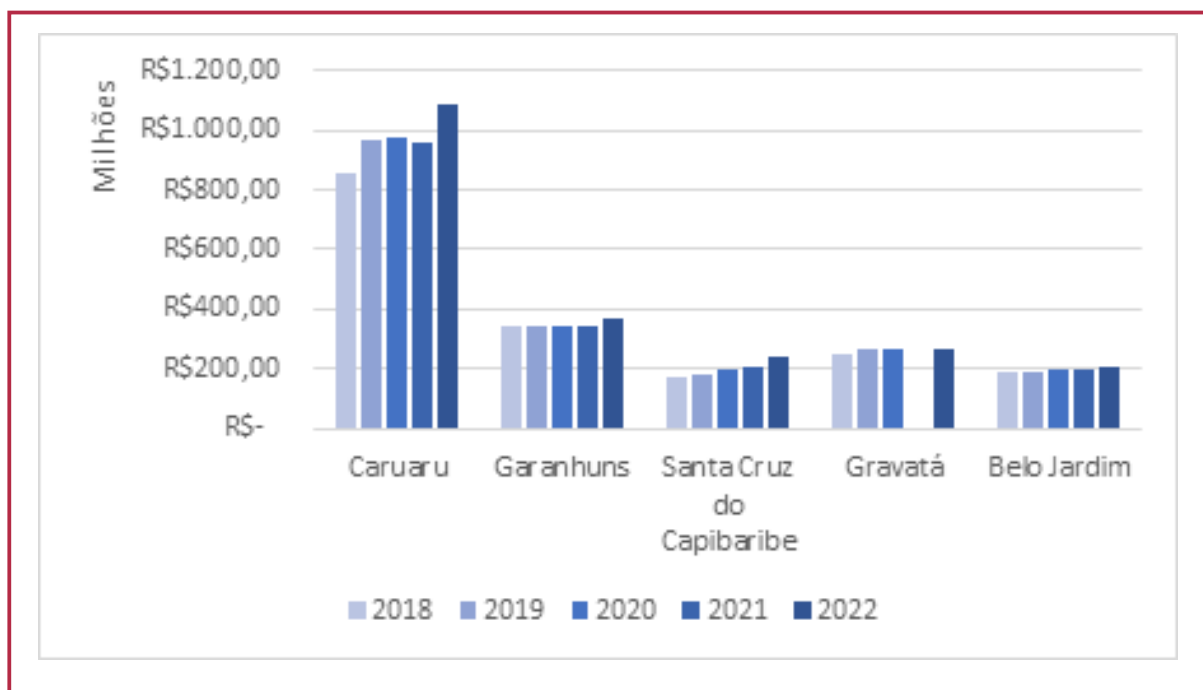
<sup>2</sup>thaiza.vasconcellos@ufpe.br

<sup>3</sup>leandro.willer@ufpe.br

<sup>4</sup>Vale observar que o orçamento de 2020 foi elaborado em 2019 quando a pandemia ainda não havia sido deflagrada.

valores orçados<sup>5</sup> para os cinco mais populosos municípios da mesorregião do Agreste<sup>6</sup> nos últimos cinco anos.

**Figura 1**  
Valores nominais orçados pelos 5 maiores municípios do Agreste Pernambucano – 2018 a 2022<sup>7</sup>



Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022).

Os valores nominais apresentados não demonstram queda (salvo Caruaru e Garanhuns com redução de 1,7% e 2%, respectivamente, entre 2020 e 2021). Contudo quando corrigido os valores pelo IPCA, observa-se uma redução da capacidade de atuação dos municípios ao longo do período pandêmico. O município de Gravatá lidera esse ranking com uma variação de -12,58%, seguido de Garanhuns -8,16%, Belo Jardim -6,57% e Caruaru -2,73% entre 2020 e 2022. O município de Santa Cruz do Capibaribe seguiu uma trajetória diferente e, no mesmo período, o valor real do total de despesa orçado nas LOA's se elevou 5,59%.

Segundo o Manual Técnico Orçamentário (2018), o orçamento segue a chamada classificação funcional-programática, um modelo que consolida as despesas governamentais por função, subfunção, programas e ações. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao poder público. Ainda com base na pesquisa do IBOPE, podemos citar entre as áreas mais afetadas pela pandemia, além da área da Saúde, as funções relacionadas à Educação, Cultura e Assistência Social. A análise dos valores reais da LOA 2020 (aprovada em 2019, período pré-pandemia) em comparação com a LOA 2022, apresenta alguns movimentos interessantes em relação a essas funções.

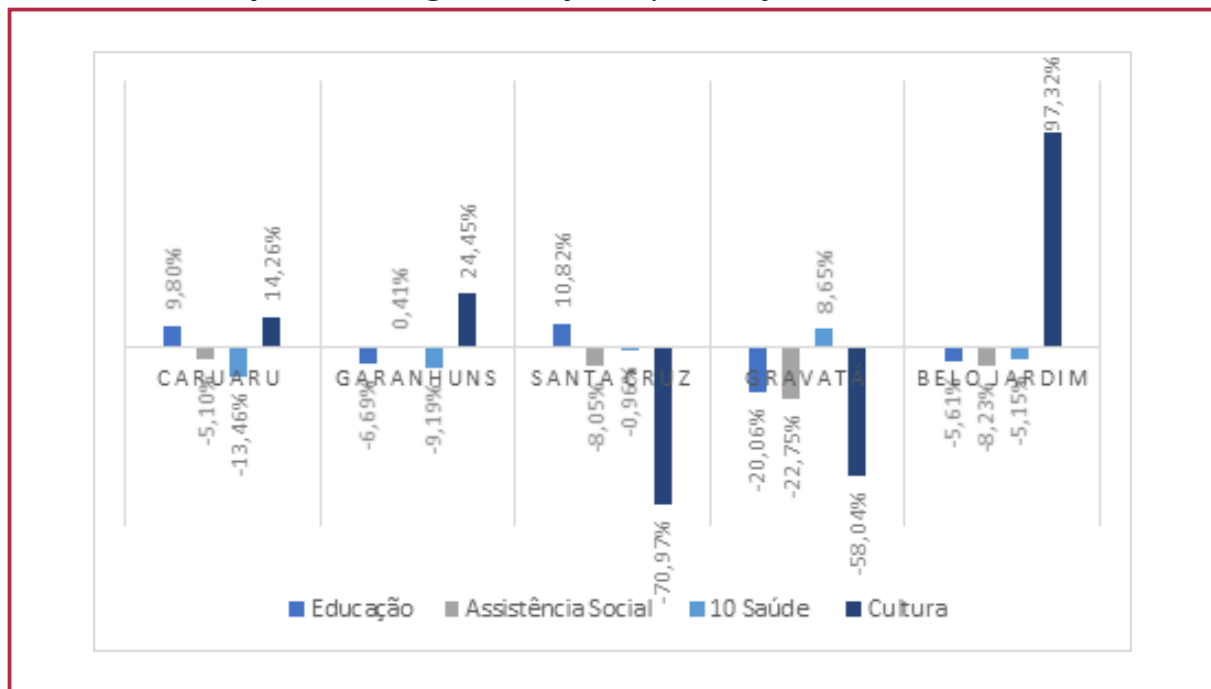
<sup>5</sup>Segundo a Lei Orçamentária Anual – LOA destes municípios, que consiste no planejamento dos gastos do dinheiro público. Estes foram obtidos diretamente nos portais da transparência de cada município.

<sup>6</sup>Caruaru (361.118 habitantes), Garanhuns (139.788), Santa Cruz do Capibaribe (107.937), Gravatá (84.074) e Belo Jardim (76.439) (IBGE, 2020).

<sup>7</sup>A LOA 2021 do município de Gravatá não se encontrava divulgada no site do município.

Na Figura 2 são apresentadas as variações reais nestas.

**Figura 2**  
Variação real nos gastos orçados por funções entre 2020 e 2022



Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022).

O município de Gravatá tem um destaque negativo ao obter em termos reais uma variação de -20,06%, -22,75% e -58,04% em educação, assistência social e cultura, respectivamente. Na cultura, Santa Cruz do Capibaribe também apresentou uma redução abrupta de -70,97%,<sup>8</sup> enquanto os demais municípios apresentaram elevação real. Já variações reais das despesas com Assistência Social foram mais suaves, mas em sua maioria, negativas, sendo Garanhuns o único que não reduziu as despesas orçadas entre 2020 e 2022, aumentando em 0,41%. Na função educação Caruaru e Santa Cruz tiveram aumentos reais de 9,80% e 10,82% nos valores orçados, já os municípios de Belo Jardim e Garanhuns variaram negativamente, -5,61% e -6,69% respectivamente.

Tratando de forma específica da função Saúde, já que possui uma relação direta com o combate à Covid-19, o único município que apresentou aumento real no orçamento nesta função em relação ao período pré-pandemia foi Gravatá, 8,65%. Os demais municípios apresentam para 2022 um orçamento para a saúde menor que aquele elaborado em 2020, antes de se ter ciência da necessidade de enfrentamento de uma pandemia. Vale ressaltar que o município de Gravatá se destaca nesse quesito, já que em 2018 era a cidade com o menor percentual de despesas destinado à saúde, com 14,05%, passando para 16,67% em 2020 e a um patamar de 20,72% na LOA 2022, ultrapassando os municípios de Caruaru e Garanhuns que destinaram em 2022, 18,97% e 19,77% respectivamente. Na Tabela 1 é possível observar estes percentuais do orçamento que foram alocados para a saúde nos últimos 5 anos.

<sup>8</sup>Ressalta-se que em 2021 o valor orçado havia se mantido o mesmo de 2020, a redução surgiu apenas em 2022.

**Tabela 1**

Percentual das despesas totais orçadas destinado à saúde (%)

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Caruaru</b>	21,34	20,43	21,33	21,13	18,97
<b>Garanhuns</b>	20,40	20,50	20,00	20,59	19,77
<b>Santa Cruz</b>	25,07	23,66	24,75	23,82	23,22
<b>Gravatá</b>	14,05	15,65	16,67	-	20,72
<b>Belo Jardim</b>	19,30	19,47	21,13	22,59	21,45

Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022)..

Estas perdas reais passam muitas vezes despercebidas, pois o percentual dos gastos totais destinados a essa função, assim como os valores nominais, se mantiveram em patamares semelhantes do período pré-pandêmico na maioria dos municípios observados. Para Garanhuns, por exemplo, que o orçamento da função Saúde aumentou nos exercícios de 2021 e 2022 em 0,93% e 3,28%, em valores reais houve uma perda de -3,47% e -5,92% para os respectivos exercícios. Caruaru também obteve resultados reais semelhantes -6,84% e -7,11%.

Portanto, baseado no orçamento de 2022, a atuação da maioria dos municípios analisados, em especial na área da saúde, apresenta um potencial de atuação menor que aquele pretendido pelos gestores em 2019 quando, ao elaborarem o orçamento de 2020, não tinham em mente a crise que se instaurou.

Por fim, o próximo nível de classificação das despesas orçadas na LOA é a subfunção que representa uma fração de despesas da função. Estes subgrupos permitem uma melhor compreensão da atuação e das prioridades do município. No caso da função Saúde, ela é dividida em 6 subfunções, e a Tabela 2 apresenta a distribuição dos recursos do orçamento da saúde para 2022.

**Tabela 2**

Percentual das despesas em saúde segundo suas subfunções – LOA 2022 (%)

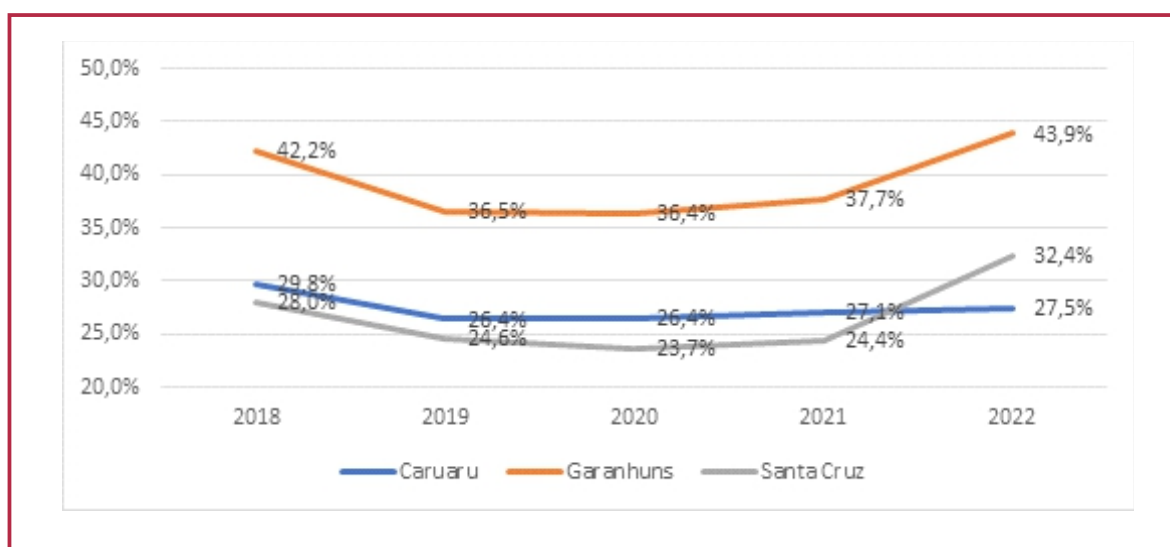
	Caruaru	Garanhuns	Santa Cruz do Capibaribe	Gravatá	Belo Jardim
<b>Atenção Básica</b>	27,5	43,9	32,4	30	32,9
<b>Assistência Hospitalar e Ambulatorial</b>	51,6	39	49,3	50,5	41,2
<b>Suporte Profilático e Terapêutico</b>	1,3	2,5	2,2	3,9	1,5
<b>Vigilância Sanitária</b>	0,8	0	1,6	0,8	1,2
<b>Vigilância Epidemiológica</b>	4,7	7,4	3,8	2,8	5,9
<b>Alimentação e Nutrição</b>	4,4	0	4,2	0,2	
<b>outros</b>	9,7	7,3	6,5	11,8	17,3

Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022).

Observa-se que quase totalidade do orçamento da saúde é voltado para a Atenção Básica, que consiste “no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, tratamento e a reabilitação”<sup>9</sup> e para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial. Juntas essas duas subfunções representaram 82,9% da despesa com saúde orçada na LOA 2022 do município de Garanhuns, 81,7% em Santa Cruz e 79,1% em Caruaru. Estes três municípios apresentaram uma dinâmica semelhante. Houve queda na participação da assistência hospitalar e ambulatorial em 2021, em relação aos anos anteriores e manutenção da atenção básica, enquanto em 2022 há a elevação na participação da atenção básica em 2022. As Figuras 3 e 4 ilustram esse comportamento.

**Figura 3**

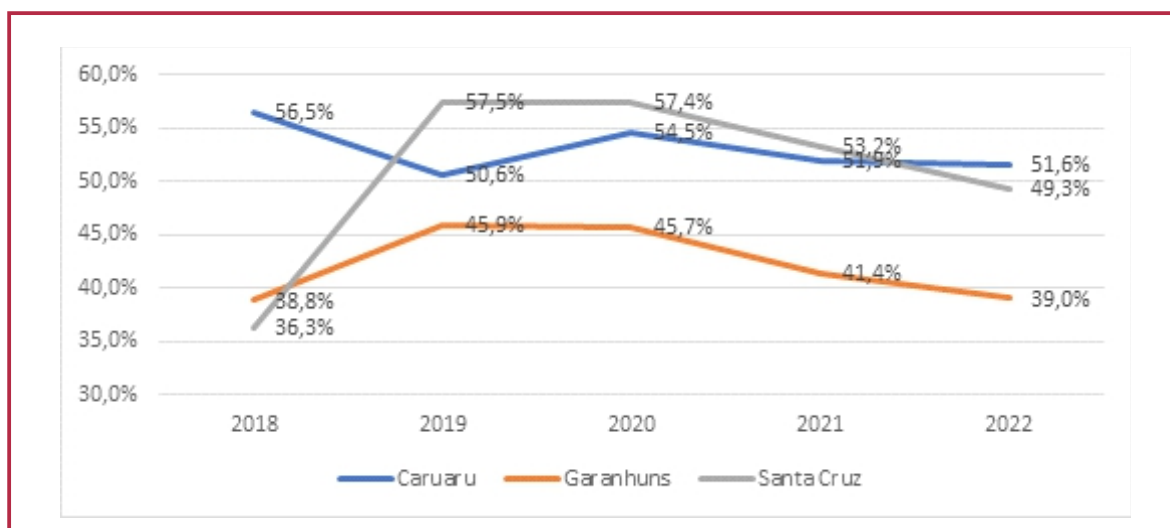
Evolução da parcela orçada da saúde voltada para Atenção básica - 2018 a 2022



Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022).

**Figura 4**

Evolução da parcela orçada da saúde voltada para Assistência hospitalar e ambulatorial - 2018 a 2022



Fonte: Elaboração própria, com base nas LOAs dos municípios (2022).

<sup>9</sup>As definições deste parágrafo foram obtidas em SIOPS (2014).





Os municípios de Gravatá e Belo Jardim apresentaram maior estabilidade na parcela do orçamento voltado para estas duas subfunções no período, mas não são apresentados pela falta de dados adequados para a análise gráfica. Vale ressaltar que Belo Jardim apresenta o menor percentual orçado para essas duas funções, 74,1%, mesmo tendo elevado esse percentual em 12,9% de 2018 a 2022.

As demais subfunções, apresentam participação entre sete e onze por cento dos gastos na função. Estas apresentam definições ligadas à prevenção e fiscalização na área, são elas: Suporte Profilático e Terapêutico, que possui como finalidade “evitar a disseminação e contaminação, principalmente de tratamento da água, medidas de saneamento básico, educação sanitária, identificação e tratamento dos doentes assintomáticos, principalmente daqueles que são manipuladores de alimentos”; Vigilância Sanitária, que “abrange o controle de bens de consumo que direta ou indiretamente se relacionem com a saúde”; Vigilância Epidemiológica, “conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos”; e Alimentação e Nutrição.<sup>10</sup>

Em termos de orçamento a Vigilância Sanitária é a subfunção que menos recebe atenção dos municípios, para o exercício de 2022 Caruaru, Santa Cruz, Gravatá e Belo Jardim destinaram 0,8%, 1,6%, 0,8% e 1,2% do orçamento a subfunção, o município de Garanhuns se destaca por não ter orçado nenhum valor para despesas com a referida área. Esse baixo valor despendido com a vigilância sanitária é uma tendência do período e municípios analisados, com exceção apenas para Santa Cruz, que no período de 2018 a 2021 priorizou a Vigilância Sanitária em detrimento da Vigilância Epidemiológica e Alimentação e Nutrição. Uma outra exceção importante é a subfunção Alimentação e Nutrição, que especialmente para a LOA 2022 do município de Garanhuns foi classificada dentro da função educação, não constando assim nos dados da função Saúde.

---

<sup>10</sup>Não se considera a merenda escolar, nem sequer programas de assistência social ou distribuição de renda através de cestas básicas e afins.

## Referências

Aragão, D.V.S.; Almeida, V.J.A.; Coimbra, L.W. P. Gastos municipais em educação diminuem em 2020 nos cinco maiores municípios do Agreste Pernambucano. In: **Boletim Observatório Econômico – UFPE/CAA**, setembro de 2021. Disponível em: <https://coreconpe.gov.br/boletim>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IPCA sobe 0,73% em dezembro e fecha 2021 em 10,06%**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32724-ipca-sobe-0-73-em-dezembro-e-fecha-2021-em-10-06>. Último acesso 15/2/2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Série Cidades@**. 2020. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Último acesso 15/2/2022.

IBOPE. **Impactos da Covid-19 nos municípios**. São Paulo, 29 de setembro de 2020. Disponível em [https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/pesquisa\\_PCS\\_Ibope/Impactos\\_e\\_acoes\\_Covid-19\\_nos\\_municipios.pdf](https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/pesquisa_PCS_Ibope/Impactos_e_acoes_Covid-19_nos_municipios.pdf). Último acesso 15/2/2022.

Portal da Transparência Caruaru. **Despesas**. Disponível em <https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/despesas/>. Último acesso 15/2/2022.

Portal da Transparência Gravatá. **Despesas**. Disponível em <http://transparencia.gravata.pe.gov.br/app/pe/gravata/1/planejamento-orcamentario>. Último acesso 15/2/2022.

Portal de Transparência Garanhuns. **Despesas**. Disponível em [https://transparencia.garanhuns.pe.gov.br/portal/v81/p\\_index/p\\_index.php](https://transparencia.garanhuns.pe.gov.br/portal/v81/p_index/p_index.php). Último acesso 15/2/2022.

Portal da Transparência Belo Jardim. **Despesas**. Disponível em <https://belojardim.pe.gov.br/portal-transparencia/planejamentos-orcamentarios/item/leis-orcamentarias-anuais>. Último acesso 15/2/2022.

Portal da Transparência Santa Cruz do Capibaribe. **Despesas**. Disponível em [https://santacruzdocapibaribe.pe.tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p\\_index/p\\_index.php](https://santacruzdocapibaribe.pe.tenosoftsistemas.com.br/portal/v81/p_index/p_index.php). Último acesso 15/2/2022.

SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. **Glossário temático: Manual indicadores SIOPS**. 1.ed.–Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Soares, L.V.P. Santos, J.W.S.S.; Coimbra, L.W. Transferências aos Municípios do Agreste Pernambucano em 2020 se Mantêm Próximas aos Patamares Nominais de 2019, apesar da Pandemia com a COVID-19. In: **Boletim Observatório Econômico – UFPE/CAA. Ed. Especial Covid-19**, fevereiro de 2021. Disponível em <https://coreconpe.gov.br/boletim>.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



**Presidente:** André Lima de Morais

**Vice-Presidente:** Poema Isis Andrade de Souza

**Conselheiros Efetivos:** Ademir Pedro Vilaça Junior  
André Lima de Morais  
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá  
Keynis Cândido de Souto  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Priscila Michelle Rodrigues Freitas  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Conselheiros Suplentes:** Adelson Santos da Silva  
Fábio José Ferreira da Silva  
José Farias Gomes Filho  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Paulo Roberto de Magalhães Guedes  
Rosiane Ferreira de Andrade  
Sandro Virgílio Prado Ribeiro  
Severino Ferreira da Silva

**Conselheiro Federal:** Fernando de Aquino Fonseca Neto

**Conselheira Federal Suplente:** Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

**Gerente Executiva:** Rayssa Kelly Melo das Mercês

**Comitê Editorial:** André Lima de Morais  
Fábio José Ferreira da Silva  
Keynis Cândido de Souto  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Projeto Gráfico:** Priscila Correia de Moura

**Correspondência:** Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.  
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.  
CEP: 50.050-400  
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br  
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre  
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe